

A CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA EM HANNAH ARENDT: POSSIBILIDADES DE UM DIÁLOGO COM O PENSAMENTO BENJAMINIANO

Jenerton Arlan Schütz¹

Resumo

O presente estudo, de cunho bibliográfico, tematiza a concepção de História em Hannah Arendt, o que em si, não constitui tarefa fácil. Destarte, é importante destacar que a obra de Arendt não pode ser classificada como historiográfica. Para objetivar a proposta, o estudo se decompõe em duas partes: i) Analisa-se a concepção de História a partir da obra *Entre o Passado e o Futuro* de Hannah Arendt; ii) estabelece-se um diálogo com Walter Benjamin, especificamente com as obras, *Teses sobre o conceito de história* e, *O narrador*. Ademais, o que nos importa na retomada do passado é a possibilidade de narrar experiências, isto é, a capacidade de preservar o passado, na qual o conceito de História assume um caráter que rompe com a novidade, com o novo presente no sujeito, e de fato, esse sujeito produz esse descontínuo rompimento.

Palavras-chaves: Hannah Arendt. Walter Benjamin. História

Abstract

The present study, from a bibliographic perspective, thematizes the conception of History in Hannah Arendt, which in itself is not an easy task. Thus, it is important to note that Arendt's work cannot be classified as historiographical. In order to objectify the proposal, the study is divided into two parts: i) The conception of History is analyzed from the work *Between the Past and the Future* of Hannah Arendt; ii) a dialogue is established with Walter Benjamin, specifically with works, *Theses on the concept of history* and, *the narrator*. In addition, what matters to us in the retaking of the past is the possibility of narrating experiences, that is, the capacity to preserve the past, in which the concept of History assumes a character that breaks with the novelty, with the new present in the subject, and in fact, this subject produces this discontinuous breakup.

Keywords: Hannah Arendt. Walter Benjamin. History

Notas introdutórias

Apresentar a concepção de História em Hannah Arendt é um grande desafio pelo fato de não se tratar de uma historiadora, isto é, a autora não fez um trabalho de História. Se não bastasse, a concepção de História no pensamento arendtiano se apresenta como um problema. Nesse sentido, é necessário ressaltar que o conceito sobre o qual Arendt discorre na obra *Entre o passado e o futuro* (2013), não se trata do conceito na perspectiva do historiador, no sentido de delimitar o ofício ou ainda os domínios de seu saber.

¹ Doutorando em Educação nas Ciências (UNIJUI), Mestre em Educação nas Ciências (UNIJUI). E-mail: jenerton.xitz@hotmail.com

O que se propõe é pensar a concepção de História Antiga e Moderna, baseando-se na obra *Entre o passado e o futuro* (2013). Desse modo, algumas questões norteiam o estudo, entre elas: Qual a compreensão de Arendt sobre o conceito de História? Qual a relação de Arendt com a concepção moderna de História? Quais as considerações da autora sobre os eventos modernos e a relação com concepção de História?

Ressalta-se que Arendt não discute o conceito de História com os historiadores, ela está interessada em compreender, a partir da mudança do pensamento ocidental, como o antigo e o moderno conceito de História podem estar em dissonância. Portanto, o objetivo aqui é seguir e identificar os caminhos que a autora sugere ao historiador e o modo de como ela pensa esse acontecimento: a ruptura ou a descontinuidade. Ademais, busca-se ainda estabelecer um diálogo com Walter Benjamin, especificamente com as obras *Teses sobre o conceito de história* e, *O narrador*. O motivo de manter essa aproximação no estudo é enriquecer o debate aqui pretendido.

Nessa direção, um primeiro aspecto se apresenta: a noção de ruptura que influenciará a escrita de Arendt em suas diferentes obras. Com isso, o conceito de História assume um caráter que rompe com a novidade, com o novo presente no sujeito, e de fato, esse sujeito produz esse descontínuo rompimento. A História – a capacidade de preservar o passado – aparece nos escritos de Arendt de maneira difusa, grosso modo, necessita-se encontrar as convergências e os elos que estão soltos nos fragmentos de sua obra. Desta forma, não pretende-se aqui estabelecer as conexões, visto que, esse movimento pode ser realizado de várias maneiras, mas sim, objetiva-se apontar uma solução possível para este problema.

Assim, o que segue nas próximas páginas, é o modo de pensarmos a conexão, uma vez que não temos um “dado sólido” sobre o papel da História, grosso modo, é preciso construir pontos, abrir caminhos, o que demanda, neste primeiro passo, um grande esforço e proporciona um importante debate. Pode-se considerar Arendt uma teórica nova, mesmo que bastante pesquisada nos últimos anos. Ela pretende construir uma rede de argumentos para, apreender, compreender, relacionar e analisar a concepção de História. Elucidar o novo a partir da História é a chave de Arendt, porém, percebe também, que a concepção moderna de História não colabora para isso.

Hannah Arendt e a concepção de História

Na análise sobre o conceito de História a autora confronta o conceito antigo com o moderno. Inicialmente, a partir da obra *Entre o passado e o futuro*, Arendt (2013) distingue a cosmovisão antiga e o lugar da imortalidade e sua relação com a necessidade de rememorar, consequentemente de História.

[...] o que para nós é difícil perceber é que os grandes feitos e obras de que são capazes os mortais, e que constituem o tema da narrativa histórica, não são vistos como parte, quer de uma totalidade ou de um processo abrangente; ao contrário, a ênfase recai sempre em situações únicas e rasgos isolados. Essas situações únicas, feitos ou eventos, interrompem o movimento circular da vida biológica. O tema da História são essas interrupções – o extraordinário, em outras palavras (ARENDT, 2013, p. 72).

Assim, segundo Arendt (2013, p. 72), “[...] o movimento histórico começou a ser construído à imagem da vida biológica”, ou seja, o homem era parte do todo infinito, numa cosmologia mais ampla. Neste movimento, a História era circular e seguia as orientações da natureza, o que pressupõe que o homem precisava da memória (*mnemosine*), pois, “[...] as coisas que devem sua existência aos homens, tais como obras, feitos e palavras, são [...], como que contaminadas com a mortalidade de seus autores” (ARENDT, 2013, p. 72). De tal modo que “a mortalidade do homem repousa no fato de que a vida individual, uma *bíos* com uma história de vida identificável do nascimento à morte, emerge da vida biológica, *dzoé* (ARENDT, 2013, p. 71).

Entretanto, se os humanos conseguissem dotar suas ações e palavras de alguma permanência, e impedir o perecível, então, em certa medida, essas coisas entrariam no mundo da eternidade e aí estariam no mundo da eternidade.

A solução grega originária do paradoxo era poética e não filosófica. Ela consistia na fama imoral que os poetas podiam conferir à palavra e aos feitos, de modo a fazê-los perdurar não somente além do fútil momento do discurso e da ação, mas até mesmo da vida mortal de seu agente (ARENDT, 2013, p. 75).

Não obstante, para Heródoto, o “pai da história”, as palavras e ações humanas vieram a se tornar conteúdo da História. A partir disso, a História integra em sua memória aqueles mortais que, através das ações e palavras, se provaram dignos da natureza, e sua fama eterna significa que eles, em que pese sua mortalidade, podem ficar na companhia das coisas que duram para sempre (ARENDT, 2013). Portanto, é a partir “[...] da História que os homens se tornam quase iguais à natureza, e unicamente os acontecimentos, feitos ou palavras que se ergueram por si mesmos ao contínuo desafio do universo natural eram os que chamaríamos de históricos” (ARENDT, 2013, p. 77).

Contudo, nossa moderna concepção de História nasce, justamente da separação entre as Ciências Naturais e Históricas (séc. XIX). Na análise arendtiana há nesta separação dois importantes marcos, o da objetividade e o da imparcialidade, para Arendt, essa distinção entre as Ciências Naturais e Históricas não corresponde uma diferenciação no interior dessas áreas. Nessa direção, a objetividade e imparcialidade assume importância porque eles determinam os destinos e a identidade do saber a partir dessa distinção (naturais e históricas). Assim, a “[...] objetividade, [...] significava não-interferência, assim como não-discriminação” (ARENDT, 2013, p. 80), porém, o problema da objetividade terminou obscurecendo o real problema, o da imparcialidade.

Nesse sentido, é a dúvida – no sentido cartesiano – que dará a forma de como a modernidade compreenderá o conceito de História. Pois, é a partir da “[...] dúvida da época moderna acerca da realidade de um mundo exterior à ‘objetividade’ à percepção humana como um objeto imutado e imutável” (ARENDT, 2013, p. 83). É diante dessa mudança que a concepção do conceito moderno de História estará relacionada.

É neste contexto que Arendt passa a observar o passado não como um processo, mas como ruptura, onde os acontecimentos podem ser encarados como únicos na esfera pública, espaço das ações humanas. Por esse motivo, “nenhuma consideração ‘humanista’ inspirou seu abandono da natureza, mas unicamente a crença de que a história é ‘feita’ por homens exatamente do mesmo modo como a natureza é ‘feita’ por Deus” (ARENDT, 2013, p. 88). Consequentemente, a verdade histórica pode ser conhecida por homens, os autores da História, porém a verdade física é reservada ao criador do universo.

Considera-se que o interesse de Arendt pela ruptura está efetivamente em tudo que ela representa tanto na vida social como na esfera pública e consequentemente na política, isto é, na pluralidade humana. Assim, segundo Arendt (2013, p. 35-36):

[...] seria, pois, de certa importância observar que o apelo ao pensamento surgiu no estranho momento período intermediário que por vezes se insere no tempo histórico, quando não somente os historiadores futuros, mas também os atores e testemunhas, os vivos mesmos, tornam-se conscientes de um intervalo de tempo totalmente determinado por coisas que não são mais e por coisas que não são ainda. Na História, esses intervalos mais de que uma vez mostraram poder conter o momento da verdade.

Durante a época moderna a História emergiu como algo que jamais fora antes, ela não se compõe mais dos feitos e sofrimentos dos homens, e não narrou mais a estória de momentos que afetaram a vida dos homens. Desse modo, tornou-se para Arendt (2013) um

processo feito pelo homem, o único processo global cuja existência se deveu exclusivamente à raça humana.

O declínio contemporâneo do interesse pelas humanidades e em especial pelo estudo da História, aparentemente inevitável em todos os países completamente modernizados, acha-se plenamente de acordo com o primeiro impulso que conduziu à Ciência Histórica moderna (ARENDT, 2013). Neste sentido, a relação da finitude com o progresso das ciências naturais nos orienta novamente para a questão da História e da natureza, ou seja, dos feitos dos homens (progresso, tecnologia, desenvolvimento...) e de sua relação com o universo.

Ademais, se a relação entre a História e a imortalidade na antiguidade era uma relação com o mundo, na modernidade isso não se verifica porque a experiência humana nasce do “dado ao homem” e não no “feito pelo homem”. Por isso a noção de processo é fundamental no pensamento moderno, uma vez que ela “[...] não denota uma qualidade objetiva, quer da História, quer da natureza; ela é o resultado inevitável da ação humana. O primeiro resultado do agir dos homens na história foi a história tornar-se um processo [...]” (ARENDT, 2013, p. 94). Não obstante a tal ideia, a quebra entre o conceito antigo e o moderno de História é o conceito de processo, ele modifica a gradação interpretativa do passado, uma vez que “desde o século XVII, a preocupação dominante da investigação científica, tanto natural como histórica, têm sido os processos” (ARENDT, 2013, p. 89).

Por isso, o que o conceito de processo implica, é que se dissociaram o concreto e o geral, a coisa ou eventos singulares e o significado universal. O processo que torna por si só significativo o que quer que porventura carregue consigo, adquiriu assim um monopólio de universalidade e significação (ARENDT, 2013). Nessa direção, o que contribuiu para essa separação na Idade Moderna, foi justamente a questão da secularização que significa “simplesmente a separação entre religião e política” (ARENDT, 2013, p. 102), e que podemos encontrar também em Thomas Hobbes e seu Leviatã, e no Príncipe de Maquiavel. Essa separação assume demasiada importância porque influencia nosso conceito de História que, “deve sua existência ao período de transição em que a confiança religiosa na vida imortal perdera sua influência sobre o secular e em que a nova indiferença face à questão da imortalidade ainda não nascera” (ARENDT, 2013, p. 109).

A ascensão das humanidades durante o século XIX inspiraram-se no mesmo sentimento pela História e, pois, é nitidamente distinto dos periódicos reflorescimentos da Antiguidade que ocorreram em períodos anteriores. Assim, “os homens começaram agora a ler [...], como jamais leram antes. *Eles leem com o fito de expulsar da história a verdade*

última que ela podia oferecer aos que procuram a Deus” (ARENDT, 2013, p. 101-102, *grifo nosso*). Contudo, não se acreditava que essa verdade última estivesse presente em um único livro, quer fosse a Bíblia ou algum substituto dela. A História era considerada como tal livro, o livro “[...] da alma humana nos tempos e nações” (ARENDT, 2013, p. 102).

Encontramos aí implicitamente o problema de Arendt em visualizar a História como um processo, porque essa noção processual sugere serem os homens, em suas ações, conduzidos por algo de que não tem necessariamente consciência e que não encontra expressão direta na ação mesma; daí os homens se tornarem guiados, “pelo espírito da história” (Hegel) ou de outra forma maior que lhes orienta e que então legitimaria suas ações e esvaziaria toda a sua responsabilidade e vontade diante de seus atos. Destarte, “pensar, com Hegel, que a verdade reside e se revela no próprio processo temporal é característico de toda a consciência histórica moderna, como quer que esta se expresse – em termos especificamente hegelianos ou não” (ARENDT, 2013, p. 101).

Como estudiosa do fenômeno do totalitarismo é compreensível que Arendt não aceite tal visão e explicação sobre o passado. Visto que, como diante dos crimes cometidos pelo nazismo entender que “algo” guiou os homens para tais atos? Para além da filosofia kantiana e da compreensão de Vico sobre o acontecimento enquanto futilidade, sem “base comum, nem continuidade, nem coerência”, Arendt vê a História sob o ponto de vista das motivações dos sentimentos humanos capazes de fazer com que os atos dos homens nasçam e se façam entre a humanidade. Arendt considera que a visão processual, que se encontra presente na ciência moderna e no conceito de História, se relaciona na interpretação da ação. Essa visão processual característica do período moderno fez com que tudo se tornasse possível, não só no universo das ideias, mas na própria realidade (ARENDT, 2013, p. 123).

Nessa direção, nos estudos sobre o totalitarismo, a autora reitera que:

Em meus estudos sobre o totalitarismo tentei mostrar que o fenômeno totalitário, com seus berrantes traços anti-utilitários e seu estranho menosprezo pela frustração pela factualidade, se baseia, em última análise, na convicção de que tudo é possível, e não apenas permitido, moralmente ou de outra forma, como o niilismo primitivo (ARENDT, 2013, p. 123).

Essa noção se encaixa com a necessidade de Arendt em compreender um fenômeno sem par na História humana e que guarda em si a terrível constatação do esvaziamento completo do sentido da vida entre os homens: “[...] pois uma sociedade de massas nada mais é que aquele tipo de vida organizada que automaticamente se estabelece entre seres humanos que se relacionam ainda uns aos outros, mas que perderam o mundo outrora comum a todos

eles” (ARENDT, 2013, p. 126). Portanto, na concepção moderna de História, o olhar é mais voltado para as casualidades do que para o próprio evento. É na antiga concepção de escrita da História, contrariamente à da moderna, que se vê no evento uma singularidade e ser dotado de sentido.

Arendt faz questão de deixar viva essa luz do fenômeno histórico, para que essa experiência seja contada sem permitir que seus sentidos sejam perdidos em meio a buscas incansáveis por causa de tantas categorias de pensamento pré-concebidas. Isso não só legitima a ruptura que o evento possa causar, mas também pode iluminar os traços políticos que permanecem e sobrevivem mesmo após o fim do evento. Essa é a iluminação do passado que tanto Arendt preza. É a questão que lhe é tão cara, o esquecimento, que se dá em meio à busca pelas causas.

Um (possível) diálogo com Walter Benjamin: a história como narração

Hannah Arendt se posiciona para o pretérito assim como o *Angelus Novus*, quadro de Klee, citado na tese 12 sobre o conceito de História de Walter Benjamin. O quadro representa um anjo que parece querer se afastar de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da História deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés (BENJAMIN, 2012).

Proferindo esse raciocínio a também tese número 6 de Benjamin “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 2012, p. 224). O evento totalitário é para Benjamin uma dessas determinadas experiências históricas, a qual Arendt denomina de pérolas que o historiador deve se ater. Para Walter Benjamin, o principal meio de se intercambiar experiências é através da narração, e tal faculdade está cada vez mais em baixa, para não dizer varrida de nosso tempo.

O narrador é uma figura cada vez mais distante anuncia Benjamin em sua reflexão. Uma das principais características das narrativas nadas é o seu sentido de utilidade, uma norma de vida, um conselho. Sabedoria é o nome dado para esse conselho fruto de uma experiência viva.

Nessa direção, Benjamin (2012), em seu ensaio sobre *O narrador*, considera a tradição viva de modo muito importante. A tradição aparece aqui como algo a ser transmitido ou

comunicado a partir de experiências. As experiências são contadas pelos mais velhos, àqueles que possuem o dom de narrar as experiências de um lugar; as histórias sempre têm algo a nos dizer, algo que podemos aprender. O narrador é aquele que se apropriou dessas experiências, que podem ser ou não algo que ele tenha vivenciado. As histórias fazem parte de um tesouro, de uma determinada tradição. É a partir do narrador, que a História ganha uma visão única, e assim, os ouvintes, por sua vez, vão se apropriar cada um de seu modo da História, da experiência narrada.

Assim, as histórias vão se alterando, sempre há mudanças e acréscimos, que antes pertenciam ao segundo plano, podem agora, ter relevância. Para Benjamin, o narrador não é simplesmente aquele que repete, mas sim, transforma, fazendo dele a sua narrativa:

Ela [a narrativa] não está interessada em transmitir o ‘puro em-si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (BENJAMIN, 2012, p. 221).

É importante destacar que a marca do narrador não é menos preciosa do que o conteúdo da História; pelo contrário, cada nova marca é um acréscimo na qual a História fica mais valiosa. Uma narração perfeita, segundo Benjamin (2012), é aquela que possui várias renarrações. É quando surgem pessoas, em diferentes tempos, com diferentes preocupações e interesses, retomam a História e estabelecem uma nova relação com ela, ela se torna cada vez mais valiosa quando alguém a relaciona com uma nova ou própria experiência, ressignificando-a novamente.

Como fator primordial do desuso da narrativa, Benjamin evoca o surgimento do romance no início da era moderna. O divisor de águas entre Narrativa e o Romance Impresso advento da imprensa, é a forma como ambos são desenvolvidos. A narração é um processo em construção, onde o narrador está em constante diálogo com seus ouvintes, é de certa forma um processo dialético por assim dizer, incorporando novos elementos constantemente. O romancista por sua vez é um indivíduo solitário em sua produção.

Percebemos que Benjamin (2012), quando escreve sobre o narrador, ele se refere a uma figura que não existe mais, não possuímos mais histórias para contar, pelo fato de não termos mais experiências para comunicar. Nós não temos mais a metáfora do espelho para nos reconhecer no mundo, que se tornou anônimo. Ele parece assustador, não temos mais rosto e História, tornamo-nos em partículas empurradas por engrenagens que não controlamos, como

o progresso tecnológico, a economia e, segundo Benjamin (2012, p. 214), citando a Primeira Guerra Mundial, nos apresenta que

Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos se encontrou ao ar livre numa paisagem em que anda permanecera inalterado, exceto as nuvens, e debaixo delas, num campo de forças de torrentes e explosões, o frágil e minúsculo corpo humano.

A guerra, sem sentido algum, devido às novas armas, se transformou em um momento onde as pessoas se tornaram mudas, sem palavras para narrar tudo que aconteceu. “[...] ao final da guerra, os combatentes voltavam mudos do campo de batalha; não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável” (BENJAMIN, 2012, p. 214). Quem poderia ser personagem da História, agora é reduzido a um ser supérfluo. Quando Arendt aborda a tradição, ela considera que não existe mais, pois o passado perdeu sua autoridade, não é mais um chão seguro no qual podemos nos movimentar. Não há mais História para compartilhar, e o mundo moderno se vê frente a perda de qualquer referência comum. Tudo isso, leva Arendt (2013, p. 127) a iniciar sua reflexão com a frase de René Char: “nossa herança nos foi deixada sem nenhum testamento” a fim de mostrar a quebra entre o passado e o futuro.

Ainda temos informações sobre o passado, os acontecimentos, as obras que ficaram, os conflitos, mas, não possuímos a tradição que nos diz onde estão os tesouros e qual é o seu valor, constituindo um mundo com o amontoado de coisas sem sentido e memória. Recordamos o que possui significado para nós mesmos, por isso que as narrativas são recordadas, pois é nelas que estão os fatos transformados em histórias e, sem elas, não haverá futuro, pois não haverá uma História comum a ser compartilhada e continuada. Sem a tradição não temos continuidade consciente no tempo e, portanto, nem passado nem futuro, somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem (ARENDR, 2013).

Assim como Arendt, Benjamin também não nos oferece soluções. Ele, junto com Franz Kafka, parece resignar a uma “longa paciência às vezes desesperada, essa morada exata e atenta no desmoronamento, pois não é possível, ou, pelo menos, ainda não é possível, nem voltar para trás, para uma harmonia ancestral, nem reconstruir um outro mundo” (GAGNEBIN, 2011, p. 67). Para Arendt (2013, p. 245), a perda da tradição é irreparável, pois, “não se pode, onde quer que a crise haja ocorrido no mundo moderno, ir simplesmente em frente, e tampouco simplesmente voltar para trás”.

De acordo com Walter Benjamin, “articular o passado historicamente, “[...] significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num momento de perigo” (Tese VI). A rememoração não restaura a imagem em ruínas, mas ajuda a criar uma nova imagem, a imagem do futuro. Walter Benjamin não está preocupado em fazer uso do que é considerado valioso para desenvolver seu conceito de História. Ele prontifica-se a utilizar os resíduos da História e aplicar a ela o princípio da montagem. “Isto é: erguer as grandes construções a partir de elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão. E, mesmo, descobrir na análise do pequeno momento individual o cristal do acontecimento total” (BENJAMIN, 2009, p. 503). Esse cristal é como uma mônada que o historiador busca para construir a História.

Considerações Finais

Para Arendt, a História, isto é, a capacidade de preservar o passado. A partir das análises, a autora observa que o conceito de História assume um caráter que rompe com a novidade, com o novo presente no sujeito e, de fato, esse sujeito produz tal descontínuo rompimento. Não obstante, na antiguidade, para Heródoto, o “pai da história”, as palavras e ações humanas vieram a se tornar conteúdo da História. A partir disso, a História integra em sua memória aqueles mortais que, através das ações e palavras, se provaram dignos da natureza, e sua fama eterna significa que eles, em que pese sua mortalidade, podem ficar na companhia das coisas que duram para sempre.

Com o advento da modernidade, a História emergiu como algo que jamais fora antes, ela não se compõe mais dos feitos e sofrimentos dos homens, e não narrou mais a estória de momentos que afetaram a vida dos homens. A quebra entre o conceito antigo e o moderno de História é o conceito de processo, ele modifica a gradação interpretativa do passado, o que o conceito de processo implica é que se dissociaram o concreto e o geral, a coisa ou evento singulares e o significado universal. O processo, que torna por si só significativo o que quer que porventura carregue consigo, adquiriu assim um monopólio de universalidade e significação.

Na concepção de Arendt a História deixa de ser uma sucessão de eventos, um tempo homogêneo e vazio, para ser pensada por meio dos rompimentos que quebram o *continuum* histórico. Para a autora o que importa na retomada do passado é a possibilidade de narrar experiências do político que possam ser apreendidas e que revelem o sentido dos acontecimentos políticos do presente, encontrando assim correspondências entre o passado e o presente. A reflexão a que almeja o conceito de História proposto por Hannah Arendt consiste

em um duplo movimento de resgate: por um lado, recupera os acontecimentos e fatos históricos em suas particularidades e de acordo com sua importância para o presente; e, por outro lado, a partir do recuperado da História, elabora os conceitos e valores políticos que utilizamos no manejo dos eventos cotidianos.

Walter Benjamin procura ver a História do ponto de vista dos que tiveram sua voz calada e não puderam se manifestar. Ele busca os indícios da História a partir deste ponto de vista e formula uma “história do coração”. Seu objetivo é tirar o foco da História dos reis e imperadores e deslocá-lo para os desprovidos. Deste modo, ele leva o leitor a perceber que aqueles que não puderam se manifestar, que foram calados têm, também, seu próprio poder. Sua ideia seria se voltar aos acontecimentos e batalhas e criar uma nova abordagem, a partir de outro ponto de vista.

Nesse sentido, o papel do historiador, antes de qualquer ato, é de explicitar como a narrativa histórica precisa ser contada a partir dos vencidos, desmitificando, assim, os vencedores. O papel do historiador é saber como narrar a História na espiral da revolução, da libertação das utopias oprimidas do passado, buscando destruir suas forças decisórias.

Em suma, Walter Benjamin provoca e inspira a pensar uma teoria e uma prática histórica que possibilitem enxergar a catástrofe da vida moderna, o poder hierárquico dos vencedores na sociedade e as possibilidades de redenção dos vencidos para que, assim, possa ser elaborado um projeto inverso de resistência e tenacidade. Uma História sem separações e hierarquias. Uma História para a libertação das esperanças oprimidas do presente-passado.

Referências

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. 8.ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

GAGNEBIN, J.M. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2011.